

PESQUISA

HISTÓRIA DAS MULHERES PORTUGUESAS: EXÍLIOS E DESLOCAMENTOS

DANIELA GARCES DE OLIVEIRA*

Se existe um traço comum às ditaduras da Europa do Sul do período entre as duas guerras, ele refere-se às atitudes perante as mulheres. Instauradas na sequência de processos de democratização e da emergência de movimentos feministas; e num quadro geral de aumento significativo da presença das mulheres no mercado de trabalho, todas estas ditaduras reafirmaram no campo ideológico e político a apologia do regresso ao lar, a glorificação da maternidade e de um certo modelo de família enquanto função primordial, ao mesmo tempo que se confrontaram com a questão da integração das mulheres no campo político, elevando algumas delas esta função a meta nacionalista e mobilizadora importante dos seus regimes. (COVA, A.; PINTO, A. C. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Revista Penélope**, n.º 17, 1997. pp. 71-94, p. 1)

O trecho citado acima poderia ter sido selecionado por muitos autores que trabalharam a questão da mulher no Estado Novo português. No entanto, essa síntese representa o espírito que pairava em Portugal nos idos dos anos 1930, que tinha nos homens de bem os ideais da família ordeira disciplinada, branca e heterossexual.

O gênero como categoria analítica – as mulheres portuguesas, a legislação que perpassa a história e é colocada como instrumento para

distribuir deveres e castrar direitos, no que se refere ao feminino – é o que pretende-se analisar neste primeiro estudo que busca, ao fim e ao cabo, pensar Estado, Mulheres e Discurso Religioso, seus entrecruzamentos e seus deslocamentos ao longo do tempo.

A teoria, a epistemologia, as dificuldades de estudar mulheres em Portugal e a conseqüente busca pelas fontes evidenciam os ofícios dos historiadores que se interessam pelo gênero como organizador do social. Aqui pauta-se uma passagem da historiadora Bonnie Smith acerca da escrita da história e como esse campo era iminentemente masculino, “quando pensamos em um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem” (SMITH, B. **Gênero e História:** homens, mulheres e prática histórica. Bauru: Edusc, 2003. p. 16). Já em Portugal, há muitos estudos sobre mulheres iniciados por historiadoras, o que certamente não exclui os historiadores. Esse parece ser um sintoma de que as mulheres de alguma forma tomaram a frente da escrita da sua história e de seu passado.

Os investigadores tomaram a frente no estudo de suas subjetividades, suas diferenças, suas crenças, seus muitos mundos, mas foram as mulheres que souberam identificar o que já lhes era familiar, como o conhecimento da medicina caseira, das dores do parto, dos cuidados com os filhos e dos pequenos e grandes poderes que tiveram ao longo da história, embora todos eles, quase sempre, foram iminentemente privados. Os pesquisadores que se interessaram pela esfera feminina foram os grandes desbravadores de arquivos e, certamente, os que resistiram a todos os preconceitos que a pesquisa em gênero esteve cercada.

Entender as mulheres portuguesas, suas nuances, suas subjetividades, suas diferenças e suas múltiplas identidades, parece um caminho oportuno a ser trilhado para uma melhor compreensão dos caminhos que a pesquisa sobre o gênero feminino percorreu. Através de

uma incursão na história desse campo, pauta-se a análise nos eixos centrais, eleitos como fundamentais para esta tese.

Em razão das experiências femininas vivenciadas por um estado de exceção, as mulheres portuguesas trazem na sua história um passado, quase sempre, marcado pela repressão, com ações proibitivas vinculadas a seu sexo biológico, legitimamente colocadas pelo discurso jurídico da inferioridade sexual naturalizada, no que diz respeito a direitos. Todavia, é preciso pensar o gênero na especificidade das portuguesas e pensar que ele está marcado pelas identidades femininas, adquirindo, nesse caso, o *status* da diversidade, e não único, como previa as políticas instaladas pelo governo de António Oliveira Salazar, período político que mais interessa a este estudo. O recrudescimento da ditadura e sua postura com as mulheres parecem um empreendimento legítimo de pesquisa, pouco referenciado, quando une Igreja e Estado na manutenção do poder e na vigilância com as mulheres.

É importante saber que dentro do universo feminino muitas são as formas de ver e pensar o mundo, o que contribui, dessa forma, para a multiplicidade das relações que as mulheres estabelecem com a sua classe. Esta pesquisa situa-se na fronteira dessas facetas femininas e na necessidade de acatar a ordem vigente do período que previa a uniformização das mulheres. Quereres e diferenças nas visões de mundo não seriam mais levadas em consideração, as especificidades foram colocadas numa mesma gaveta, na qual todas deveriam procurar identificação. As que não estivessem enquadradas deveriam objetivar parecer com os modelos criados pelo Estado, o modelo da mulher ideal.

Este estudo pretende abordar as questões femininas e a crescente dominação do Estado Novo por tudo que estivesse intimamente relacionado com o feminino. Em consonância com a moral salazarista, à mulher cabia uma fatia que correspondia à maternidade, ao estatuto de boa esposa e à guardiã da vida doméstica. Nos domínios do privado, a

vida estabelecera-se para que o descumprimento dessas regras “básicas” fosse visto com maus olhos pelo Estado e pelos cidadãos. A regra era que as mulheres obedecessem, acima de tudo obedecessem.

As mulheres portuguesas e a escrita da sua história

Com caráter exploratório, pretende-se investigar como as mulheres portuguesas e sua história permaneceram presas às gavetas dos arquivos, sendo somente investigadas depois da redemocratização, no qual o jogo mudara (ALBUQUERQUE JR, D. M. de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Revista Anos 90**, vol. 11, nº 19/20, 2004. pp. 79-100). Entretanto, as modificações no campo da historiografia e o novo cenário político que iniciara, não serviram para responder algumas questões cruciais referente as mulheres portuguesas e suas muitas trajetórias. O jogo cotidiano passa a ter novos elementos, novas formas e novas sociabilidades. Pauta-se a ideia de história e jogo através de Foucault, e como menciona Albuquerque, como seres em busca de algo que ainda não foi dito ou de um olhar que ainda não foi desvelado dentro do jogo das humanidades. Desse modo, o autor caracteriza o trabalho do historiador, baseado na prática foucaultiana, perpassando a ideia de um grande jogo:

Como a bola de futebol, os objetos e os sujeitos históricos são feitos de múltiplos gomos, da costura às vezes malfeita e aparente, de diferentes temas, enunciados, conceitos, conteúdos, formas. E todos eles têm furos, rachaduras, por onde sempre ameaçam vazar a sua essência de vento. Suas formas enfatuadas e roliças podem, com um simples gesto de corte feito pelo saber do historiador, pela lâmina de sua crítica, tornar-se a lâstima de uma bola murcha, traste deixado em escanteio. (idem.).

Como um traste, envolto em preconceitos, muitas vezes o gênero foi refutado pelos historiadores, como assinala Muniz acerca de recortes

e olhares de historiadores sobre fatos e causas, muitas vezes esquecendo de pequenos indícios que revelam a realidade de alguns sujeitos nas tramas da história. Todavia, as mulheres sempre estiveram com bandeiras levantadas, seja a favor ou contra o regime Salazarista, período no qual se encontram as mãos do estado na luta pelo código e pela norma social, dentro de uma lógica da vigilância e disciplinarização.

Conforme mencionado, a sociedade que se desenrola neste estudo está assentada em uma verdade suprema. A verdade que às mulheres é relegado um papel e a elas cabe-lhes cumprir esse papel. Situação antagônica a essa escreveria Foucault em sua história da sexualidade, alertando, todavia, para o caráter de enquadramento que a modernidade traz. Segundo Foucault:

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo, as palavras eram ditas sem reticências excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados ao século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo ou escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. (FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. [13ª Ed.] p. 9.)

Foucault, ao discorrer sobre a sexualidade, consegue cartografar as mudanças ocorridas entre os sujeitos e o caráter que a família assumira nesse jogo histórico. Ao revelar a suposta liberdade que a vida tinha, ele escreve sobre dois mundos antagônicos, na sua forma e na maneira de tratar o indivíduo. É desse mundo que aprisiona as mulheres, os homens e a sexualidade que estamos falando. Como afirma Foucault, na *História da Sexualidade*, a vontade de saber

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal confisca. E absorve-a, inteiramente, na

seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status de deverá pagar as sanções. (Ibid., p. 10.).

A anormalidade a que Foucault se refere, não raras vezes, esteve colocada sobre a mulher, pois é ela que mantém o mistério da vida aprisionada em seu corpo, então ela que deve ser controlada através de instrumentos legítimos para isso. Muitos acreditavam que ao se descuidar da mulher, esta poderia “perder-se”. Por isso, muitas foram as formas de vigiar o feminino, fosse na sua relação com seu corpo, fosse com sua sexualidade. Observa-se isso quando atentamos para o discurso médico, jurídico e religioso. No entanto, no campo da sexualidade e da maternidade, o discurso adquire força e poder, sobretudo a escondida menstruação. Era preciso cuidado nas regras mensais, pois o sangue imundo contamina tudo e todos. A menstruação adquire o símbolo, em muitos casos, da misteriosa anatomia feminina. É nesse cenário moderno de aprisionamento dos corpos e das mentes que a mulher do século XX é gestada e circunscrita naquilo que Foucault chamaria a lógica da modernidade: a repressão.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado, não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e a menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras. [...] Isso seria próprio da repressão e é o que distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (Ibid., p. 55.)

Essa convocação ao silêncio moderno parece dar conta do mutismo sobre as mulheres e seu mundo. No entanto, outro caráter a saber sobre esse mundo é juntar todo conhecimento que se tem sobre ele, para melhor efetivar a dominação e, conseqüentemente, manter a ordem e calar as vozes que deveriam se manter silenciados. Neste estudo, procura-se manter especial atenção para a produção historiográfica acerca da história das mulheres em Portugal. Como coloca Albuquerque “Ver o mundo como jogo é pensá-lo à partir de uma pragmática, é colocar no centro de sua interpretação as práticas humanas, práticas em conflito e que carecem de significação (ALBUQUERQUE JR, D. M. de. op. cit., p. 86.). Essa significação que pretende-se sinalizar na escrita dessa pesquisa, apontar as outras mulheres que existiram e que foram forjadas e normatizadas pelo discurso religioso aliado ao Estado.

A bibliografia acerca das mulheres em muitos países é bastante rica. No Brasil, há muitos pesquisadores preocupados com as condições, situações e performances sobre o gênero feminino, conforme os muitos olhares da teoria para o objeto mulher. No entanto, sobre as mulheres portuguesas no Estado Novo existe uma lacuna a ser estudada, sobretudo as mulheres aliadas ao discurso religioso, como coadjuvante de um projeto social.

Em parte, isso se deve à recente incorporação das ciências sociais¹ na academia. Estudos proibidos e banidos pelo regime foram parte de um estado de exceção, no qual a censura e a repressão coordenam o que deve ser dito sobre sujeitos e o que deve estar no cárcere escuro. Assim, muitos portugueses foram calados pela polícia política e a escrita da história é feita a partir da censura, que determina o que pode ou não, ser dito.

Porém, com o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal no que se refere ao conhecimento produzido para estudar mulheres, isso

foi possível. É da criação desse campo que pode-se olhar as mulheres do passado. As produções mais importantes que existem partem da associação das ciências sociais com o feminismo. Como elucida Tavares:

Deste modo, precisamos de estabelecer uma ligação entre algumas fragilidades e especificidades dos feminismos num país com uma das mais longas ditaduras do século XX e o atraso nos estudos feministas. Um outro obstáculo prende-se com a dificuldade apontada por Florence Rochefort aos feminismos como objeto de investigação histórica. O espaço intelectual estreito resultante do silenciamento dos feminismos enquanto movimentos sociais e os estereótipos resultantes de uma análise preconceituosa e distanciada têm levado a encarar a história dos feminismos como uma história militante, um campo marginal da própria história. Um campo que não daria uma competência histórica tão sólida como outros campos de investigação. (TAVARES, M. M. P. F. **Feminismo em Portugal** (1947-2007). Doutorado, UAb, Lisboa, Portugal, 2008. p. 1.)

Falar de feminismos e história das mulheres em Portugal só foi possível depois que investigadoras empreenderam-se num terreno arenoso e movediço, pois o caminho da visibilidade² e da não discriminação é um longo trajeto, no qual muitos tabus foram transpostos. Só nos anos 80 do século XX, rompendo os muitos preconceitos, algumas pesquisadoras moveram seus olhares para as condições ou a condição feminina. Dessa forma, a dinamização na área foi possível e a história pôde ser escrita. Conforme o excerto de Tavares:

Numa sociedade em mudança como é, em Portugal, a do virar do século e primeiras décadas do século XX, os conceitos relativos ao papel da mulher na sociedade, à sua função e valor como pessoa e à sua afirmação individual e relação social são inevitavelmente postos em causa, como postos em causa são muitos outros conceitos e valores fundamentais. A pouco e pouco desenha-se um movimento e uma corrente de tom nitidamente feminista que, elitista embora no tipo de mulheres que reúne, se reveste de um significado notável pelos esforços que congrega, pela ideologia que difunde, pela unidade visível de objetivos e aspirações que traduz e pelas expressões e ações concretas que assume e realiza, enquanto movimento organizado. (SILVA, M. R.

T. da. Estudos sobre as Mulheres em Portugal, um olhar sobre o passado. **Ex-Aequo**, n° 1, 2001. pp. 17-28, p. 875.)

O que Tavares coloca são alguns fatores que não devem ser refutados, como as diferenças e especificidades no universo feminino que pautam uma determinada militância feminina e promovem uma escrita e um olhar; é errôneo, portanto, pensar que todas as mulheres estavam envolvidas na reivindicação de direitos e na luta pela discriminação e violências contra o mundo feminino. No entanto, também é importante assinalar, que o grupo feminino tomou consciência do seu lugar no mundo e posicionou-se politicamente contra a opressão. Também nesse caso, percebem-se as diferenças que os acessos têm na vida de um indivíduo. O acesso às letras e a uma mínima instrução permitiu a luta e a tornou possível. Todavia, não deve-se afirmar que apenas isso é elemento transformador, mas, sim, que a instrução, de certa forma, colaborou para a indignação feminina.

O que também não pode ser negado são os tipos de preconceitos sociais gerados a partir da classe para deslegitimar os estudos sobre mulheres. O argumento assumia caráter de um estudo menor, feito por mulheres burguesas – o estatuto de uma teoria esbarrava nesses preconceitos para se constituir. Por isso, os estudos que preconizavam temas relativos a direitos e igualdade das mulheres em Portugal foram um dos mais tardios na Europa. A teoria buscava louvar o feminino e influenciava de alguma maneira “a situação concreta das mulheres, que efetivamente, não correspondia a qualquer reconhecimento teórico de um estatuto social de igualdade”. (SILVA, M. R. T. da. *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. Análise social*, vol. XIX, n° 77-78-79, 1983. pp. 875-907, p. 806.).

Nos anos 90 do século XX, os estudos acadêmicos relativos às mulheres tomaram um novo fôlego e alguns centros de estudos foram criados, a área alcançava outro estatuto e se reconhecia na inquietação

dos pesquisadores os muitos femininos que existiram em Portugal e que pouco foram estudados e aprofundados até aquele momento. Segundo Vaquinhas:

A multiplicação de trabalhos vindos a lume nos últimos tempos e a receptividade que tem merecido por parte do público são, no entanto, a face visível do dinamismo deste novo território. Porém, por oposição a outros países onde o esforço de teorização tem sido notável, como é o caso dos Estados Unidos da América, em Portugal os estudos permanecem, salvo raras exceções, mais convencionais, empíricos e de cunho informativo e positivista ou neopositivista, fundamentados num paciente trabalho de arquivo ou biblioteca, embora abertos os diálogos com outras disciplinas e correntes da história, bem como a crítica hermenêutica das fontes pela desmontagem do discurso ideológico que lhes está subjacente. (VAQUINHAS, I. Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço. **Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas**, série III, vol. 3, 2002. pp. 201-221, p. 202.)

A autora alerta para o caráter descritivo que algumas obras têm, colocando apenas as mulheres na vitrine, sem uma reflexão sobre as lutas, os infortúnios, as reivindicações e os quereres específicos de cada grupo feminino. No entanto, essa história produzida aos moldes positivistas serviu de alguma forma para romper o silêncio e denunciar as muitas situações presentes no universo feminino. Havia uma invisibilidade que pairava sobre as mulheres na história, como assevera Michele Perrot: “Uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível. Entretanto, isso não existia”. (PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 10).

Considerações finais

O fato de as mulheres serem estudadas no âmbito acadêmico é algo relativamente novo para o mundo da historiografia, desde as

mudanças nas próprias concepções e nos objetos da história, como entre os investigadores ligados ao estudo das mulheres, do gênero e do feminismo. Em Portugal, alguns estudos que privilegiaram as mulheres devem ser destacados como pioneiros na análise desse sujeito. Por essa razão, é necessário um mergulho no que foi escrito, buscando entender as diferenças que nortearam as análises indicadas neste trabalho, sendo de extrema importância visualizar as mudanças que serão repercutidas em ser mulher, no que se refere às políticas vigentes. Para o entendimento desse tema, é irrefutável conhecer como as mulheres organizaram-se e como isso foi mudando aos moldes da política estado-novista.

Contudo, o ensaio ora apresentado é apenas um fragmento da pesquisa em andamento, por isso, não pretende-se apresentar resultados conclusivos, tampouco dar um ponto final às questões que permeiam e instigam esse estudo.

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da PUCRS, com estágio doutoral (Investigadora Visitante Junior) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.